



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

| | | |
|---|--|--|
| Identificação da Norma LEI N° 2468/1981 | | |
| Ementa PREVÊ CONSTRUÇÃO E USO PUBLICITÁRIO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS POR EMPRESAS PARTICULARES. | | |
| Data da Norma 17/03/1981 | Data de Publicação 20/03/1981 | Veículo de Publicação Imprensa Oficial do Município- |
| Matéria Legislativa <u>Projeto de Lei n° 3425/1980</u> - Autoria: José Rivelli | | |
| Status de Vigência Revogada | | |
| Observações Prevista a regulamentação em 90 dias. PUBLICIDADE TRANSPORTES E TRÂNSITO - ônibus - geral Autor: JOSÉ RIVELLI | | |
| Histórico de Alterações | | |
| Data da Norma 18/06/1990 | Norma Relacionada <u>Lei n° 3566/1990</u> | Efeito da Norma Relacionada Revogada por |



LEI Nº 2468, DE 17 DE MARÇO DE 1981

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, - de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em sessão ordinária, realizada no dia 04 de março de 1981, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - É permitido às empresas industriais e comerciais, bem como às firmas de serviço, a construção de abrigos para passageiros de ônibus, às suas expensas, utilizando-os para publicidade, mediante a observação dos seguintes quesitos: --

- I - O abrigo deverá ser construído de acordo com projeto - padrão a ser fornecido pela prefeitura Municipal;
- II - Os locais de construção deverão ser os indicados pela Prefeitura;
- III - A permissão ora concedida não isenta a firma do pagamento da taxa de publicidade prevista na legislação vigente;
- IV - O prazo para utilização do abrigo para publicidade é de dez (10) anos, findo o qual esse direito passará automaticamente à Prefeitura, sem que caiba qualquer indenização à permissionária;
- V - Os serviços de construção e de publicidade deverão ser feitos de forma a não causar prejuízos à estética da paisagem urbana,
- VI - As permissionárias deverão submeter previamente à apreciação da Prefeitura os textos e o desenho publicitário.

Art. 2º - Na hipótese de alteração no itinerário na linha de transportes coletivos com a via pública onde se localiza o abrigo construído nos termos desta lei não figurando mais nesse



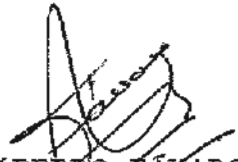
-Lei nº 2468/81-

-fls.2-

itinerário, não terá a permissionária direito a qualquer indenização, tendo porém preferência de construir novo abrigo em determinado local do novo itinerário.

Art. 3º - O Prefeito Municipal promoverá a regulamentação da presente lei dentro de noventa (90) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


(PAULO FÁVARO)

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e um.


(RENÉ FERRARI)

Respondendo pela SNIJ

mmf.-